

PROCESSO Nº: 0802019-41.2019.4.05.8103 - **AÇÃO POPULAR**

AUTOR: HELIO DE SOUSA COSTA

ADVOGADO: Helio De Sousa Costa

REU: FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES e outro

18ª VARA FEDERAL - CE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

Trata-se de Ação Popular ajuizada por Hélio de Sousa Costa em desfavor da União e do Exmo. Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, em que se insurge a parte autora contra a nomeação do novo Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Alega o autor popular, em suma, ter havido desvirtuamento nos motivos para a edição do ato de nomeação por parte do Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, evidenciado pela incompatibilidade entre declarações apresentadas pelo nomeado em redes sociais e os elementos essenciais buscados pela citada Fundação Palmares.

É o sucinto relatório.

Decido.

Inicialmente, tratando-se de Ação Popular em face de ato editado por Ministro de Estado é evidente a existência de interesse da União, razão pela qual a competência absoluta da Justiça Federal se impõe.

Já no que tange ao foro competente, embora hajam entendimentos diversos na doutrina é sedimentada a jurisprudência do STJ no sentido de ser competente o foro do domicílio do autor da ação popular. Nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO POPULAR AJUIZADA CONTRA ATO DO PRESIDENTE DO BNDES, QUE, POR DISCIPLINA LEGAL, EQUIPARA-SE A ATO DA UNIÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, § 1º DA LEI 4.717/65. APLICAÇÃO DOS ARTS. 99, I, DO CPC, E 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS.

1. Debate-se a respeito da competência para julgamento de ação popular proposta contra o Presidente do Sistema BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública federal. Não se questiona, portanto, a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento do feito, mas busca-se a fixação da Seção Judiciária competente, se a do Rio de Janeiro (suscitante), ou de Brasília (suscitada).

2. "O art. 5º da referida norma legal [Lei 4.717/65] determina que a competência para processamento e julgamento da ação popular será aferida considerando-se a origem do ato impugnado. Assim, caberá à Justiça Federal apreciar a controvérsia se houver interesse da União, e à Justiça Estadual se o

interesse for dos Estados ou dos Municípios. A citada Lei 4.717/65, entretanto, em nenhum momento fixa o foro em que a ação popular deve ser ajuizada, dispondo, apenas, em seu art. 22, serem aplicáveis as regras do Código de Processo Civil, naquilo em que não contrariem os dispositivos da Lei, nem a natureza específica da ação. **Portanto, para se fixar o foro competente para apreciar a ação em comento, mostra-se necessário considerar o objetivo maior da ação popular, isto é, o que esse instrumento previsto na Carta Magna, e colocado à disposição do cidadão, visa proporcionar**"(CC 47.950/DF, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Seção, DJU de 07.05.07). 3. Partindo da análise da importância da ação popular como meio constitucional posto à disposição "de qualquer cidadão" para defesa dos interesses previstos no inc. LXXIII do art. 5º da Constituição Federal/88, **concluiu a Primeira Seção desta Corte pela impossibilidade de impor restrições ao exercício desse direito**, terminando por fixar a competência para seu conhecimento consoante as normas disciplinadas no Código de Processo Civil em combinação com as disposições constitucionais.

4. Ato de Presidente de empresa pública federal equipara-se, por disciplina legal (Lei 4.717/65, art. 5º, § 1º), a ato da União, resultando competente para conhecimento e julgamento da ação popular o Juiz que "de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União" (Lei 4.717/65, art. 5º, caput).

5. Sendo igualmente competentes os Juízos da seção judiciária do domicílio do autor, daquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, do Distrito Federal, o conflito encontra solução no princípio da perpetuatio jurisdictionis.

6. Não sendo possível a modificação ex officio da competência em razão do princípio da perpetuatio jurisdictionis, a competência para apreciar o feito em análise é do Juízo perante o qual a demanda foi ajuizada, isto é, o Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o suscitado. 7. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, o suscitado. (Grifos adicionados)[\[1\]](#)

Sobre a questão, a Primeira Seção desta Corte pronunciou-se nos autos do CC 47.950/DF, Relatora a Sra. Ministra Denise Arruda (DJU de 07.05.07), em acórdão assim ementado:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO POPULAR AJUIZADA EM FACE DA UNIÃO.

LEI [4.717/65](#). POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DA AÇÃO NO FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR. APLICAÇÃO DOS ARTS. [99](#), [I](#), DO [CPC](#), E [109](#), [2º](#), DA [CONSTITUIÇÃO FEDERAL](#).

1. Não havendo dúvidas quanto à competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação popular proposta em face da União, cabe, no presente conflito, determinar o foro competente para tanto: se o de Brasília (local em que se consumou o ato danoso), ou do Rio de Janeiro (domicílio do autor).

2. A [Constituição Federal](#) de 1988 dispõe, em seu art. [5º](#), [LXXIII](#), que "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência". Tal ação é regulada pela Lei [4.717/65](#), recepcionada pela [Carta Magna](#).

3. **O art. 5º da referida norma legal determina que a competência para processamento e julgamento da ação popular será aferida considerando-se a origem do ato impugnado. Assim, caberá à Justiça Federal apreciar a controvérsia se houver interesse da União, e à Justiça Estadual se o interesse for dos Estados ou dos Municípios. A citada Lei [4.717/65](#), entretanto, em nenhum momento fixa o foro em que a ação popular deve ser ajuizada, dispondo, apenas, em seu art. [22](#), serem aplicáveis as regras do [Código de Processo Civil](#), naquilo em que não contrariem os dispositivos da Lei, nem a natureza específica da ação. Portanto, para se fixar o foro competente para apreciar a ação em comento, mostra-se necessário considerar o objetivo maior da ação popular, isto é, o que esse instrumento previsto na [Carta Magna](#), e colocado à disposição do cidadão, visa proporcionar.**

4. Segundo a doutrina, o direito do cidadão de promover a ação popular constitui um direito político fundamental, da mesma natureza de outros direitos políticos previstos na [Constituição Federal](#). Caracteriza, a ação popular, um instrumento que garante à coletividade a oportunidade de fiscalizar os atos praticados pelos governantes, de modo a poder impugnar qualquer medida tomada que cause danos à sociedade como um todo, ou seja, visa a proteger direitos transindividuais. Não pode, por conseguinte, o exercício desse direito sofrer restrições, isto é, não se pode admitir a criação de entraves que venham a inibir a atuação do cidadão na proteção de interesses que dizem respeito a toda a coletividade.

5. Assim, tem-se por desarrazoado determinar-se como foro competente para julgamento da ação popular, na presente hipótese, o do local em que se consumou o ato, ou seja, o de Brasília. Isso porque tal entendimento dificultaria a atuação do autor, que tem domicílio no Rio de Janeiro.

6. Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento do preceito constitucional que garante a todo cidadão a defesa de interesses coletivos (art. 5º, LXXIII), devem ser empregadas as regras de competência constantes do [Código de Processo Civil](#) - cuja aplicação está prevista na Lei [4.717/65](#) -, haja vista serem as que melhor atendem a esse propósito.

7. Nos termos do inciso I do art. 99 do CPC, para as causas em que a União for ré, é competente o foro da Capital do Estado. Esse dispositivo, todavia, deve ser interpretado em conformidade com o 2º do art. 109 da Constituição Federal, de modo que, em tal caso, "poderá o autor propor a ação no foro de seu domicílio, no foro do local do ato ou fato, no foro da situação do bem ou no foro do Distrito Federal" (PIZZOL, Patrícia Miranda. "Código de Processo Civil Interpretado", Coordenador Antônio Carlos Marcato, São Paulo: Editora Atlas, 2004, p. 269). Trata-se, assim, de competência concorrente, ou seja, a ação pode ser ajuizada em quaisquer desses foros .

8. Na hipótese dos autos, portanto, em que a ação popular foi proposta contra a União, não há falar em incompetência, seja relativa, seja absoluta, do Juízo Federal do domicílio do demandante.

9. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, o suscitado (sem destaques no original).[\[2\]](#)

Por outro lado este juízo não desconhece o recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Conflito de Competência 164.362, em que aquela Corte discutiu o tema no âmbito do conhecido caso das ações decorrentes da tragédia de Brumadinho.

Na análise do caso o Relator do feito, eminente Ministro Hermann Benjamin, ressaltou que a jurisprudência da Corte Superior aponta para a possibilidade de ajuizamento da Ação Popular no foro do domicílio do autor. Naquele caso específico, entretanto, a melhor solução jurídica encontrada para o julgamento da demanda foi o declínio de competência em favor do juízo do local do fato, com o objetivo de facilitar a colheita de provas. O próprio Relator, entretanto, ressaltou que não se estava alterando a jurisprudência, mas sim decidindo um caso excepcional.. As discussões, inclusive, foram noticiadas no site do Superior Tribunal de Justiça.[\[3\]](#)

O contexto destes autos, entretanto, aponta para demanda cuja fase instrutória será deveras simplificada, uma vez que se trata da análise da motivação de ato

administrativo, razão pela qual não há qualquer razão para que se excepcione o entendimento geral sedimentado na jurisprudência do STJ.

Tendo em vista residir o autor desta Ação Popular no município de Sobral, conforme faz prova comprovante de conta de energia juntado a estes autos, a competência deste juízo deve ser reconhecida.

Fixada a competência passo à análise do pedido de tutela antecipada.

Trata-se de ação em que a parte autora questiona a escolha do novo Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Acerca do tema parece relevante inicialmente a fixação de algumas premissas.

No ordenamento jurídico pátrio nenhuma análise acerca da motivação dos atos administrativos pode ser feita sem que se analise sua compatibilidade com os mandamentos da Constituição da República.

Não se pode perder de vista, ainda, as palavras de JJ Gomes Canotilho acerca do postulado da Máxima Efetividade da Norma Constitucional. Diz o ilustre autor lusitano:

Este princípio, também designado por princípio da eficiência ou princípio da interpretação efetiva, pode ser formulado da seguinte maneira: a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê. É um princípio operativo em relação a todas e quaisquer normas constitucionais, e embora a sua origem esteja ligada à tese da atualidade das normas programáticas (THOMA) *é hoje sobretudo invocado no âmbito dos direitos fundamentais* (no caso de dúvidas deve preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia aos direitos fundamentais).[\[4\]](#)

Fixada esta premissa ressalto que Carta Constitucional de 1988 deu especial proteção à proteção da cultura brasileira, com respeito aos diferentes segmentos étnicos nacionais. Nesse sentido dispõe a Lei Maior:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Implementando a norma, no que diz respeito à cultura negra, a Fundação Cultural Palmares teve sua instituição autorizada pela Lei 7.668/1988, que dispõe o

seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Art. 2º A Fundação Cultural Palmares - FCP poderá atuar, em todo o território nacional, diretamente ou mediante convênios ou contrato com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, cabendo-lhe:

I - promover e apoiar eventos relacionados com os seus objetivos, inclusive visando à interação cultural, social, econômica e política do negro no contexto social do país;

II - promover e apoiar o intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, através do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros.

III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001\)](#)

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares - FCP é também parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001\)](#)

Na busca da realização de seu mister constitucional e legal a Fundação anuncia em seu *site* o desenvolvimento de diversos programas, dentro os quais podem ser destacados os seguintes:

Projeto Conhecendo a Nossa História: da África ao Brasil

A Fundação Cultural Palmares – FCP, no cumprimento de sua missão institucional de promover e preservar a cultura afro-brasileira, busca o fortalecimento de políticas públicas voltadas à cultura negra, de forma a contribuir para a construção e implementação de medidas efetivas para um país mais justo e com igualdade de oportunidades para todos. Por meio de suas ações afirmativas busca retirar da invisibilidade a cultura negra, formadora da

identidade nacional, e eliminar as desigualdades históricas e as discriminações raciais, étnicas, culturais e religiosas do povo negro.

A partir da percepção de que a educação e a cultura são instrumentos decisivos para a promoção da cidadania e para a eliminação das desigualdades raciais, a FCP vem desenvolvendo, desde o ano de 2016, o projeto Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil, construído para fomentar o cumprimento do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira.[\[5\]](#)

Projeto – Escola Sem Racismo

A Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cidadania, no cumprimento de sua missão institucional de valorizar e promover a cultura afro-brasileira, compreende que educação e cultura caminham juntas para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A escola, nesse contexto, constitui-se como espaço de formação e de transformação de mentalidades, mas também um local onde o racismo se manifesta, seja por meio de currículos escolares que invisibilizam a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena, ou por meio de piadas, apelidos e do *bullying* entre os estudantes.

Diante disso e em vista a fomentar políticas públicas que promovam e valorizem o patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, a Fundação Cultural Palmares apresenta o projeto “Escola sem racismo: Afro-brasilidades na comunidade escolar, com o intuito de discutir e combater o racismo nas escolas e fomentar o cumprimento do Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e dos Artigos 11 e 17 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O referido projeto consiste em realizar, em escolas públicas e privadas, ações culturais e educativas, por meio de rodas de conversa, formações e oficinas com enfoque no continente africano, na história e nas manifestações culturais afro-brasileiras.

Como se vê, então, a atuação institucional da Fundação Palmares é toda voltada à promoção e preservação da cultura afro-brasileira, além do combate ao racismo e identificação e reconhecimento dos remanescentes de comunidades quilombolas, permitindo-se inclusive a demarcação de suas terras tradicionais.

O cargo de Presidente da Fundação Palmares é de livre escolha do Ministro a cuja pasta esteja vinculada a instituição. Tratando, entretanto, dos membros do

Conselho Curador, o Decreto 6.853/2019 estabelece as condições para a nomeação dos membros designados. Dispõe a norma o seguinte:

Art. 6o. *Omissis*

§ 1º Os membros de que trata o inciso II deste artigo serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida competência em atividades relacionadas com as finalidades da FCP, e designados mediante ato do Ministro de Estado da Cultura, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

Embora em relação aos membros natos, assim considerados o Presidente da Fundação e o Ministro da pasta respectiva, não haja expressa menção a qualquer exigência de competência em ações ligadas às finalidades buscadas pela Fundação, é evidente que o chefe maior da instituição também deverá seguir, embora com mais liberdade na análise, os mesmos requisitos impostos aos membros que tenham menos poderes dentro da Fundação.

Por outro lado, como acima se disse, considerando-se que a criação da Fundação Palmares busca tornar efetiva no plano prático, no que tange aos negros, a norma inserta no artigo 215 da Constituição da República, qualquer conduta de qualquer dos Poderes que atentem contra suas finalidades terá o efeito conseqüente necessário de esvaziar a eficácia da norma constitucional, em violação clara do já citado postulado da Máxima Efetividade.

Postos estes princípios, passo à análise específica do caso concreto.

Conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional, o Exmo. Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeou, por intermédio do ato 2.377, de 27 de novembro de 2019, como Presidente da Fundação Cultural Palmares o senhor Sérgio Nascimento de Camargo Nascimento de Camargo.

Nos autos da presente demanda não será feita qualquer análise pessoal em relação ao Exmo. Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil ou ao próprio Presidente nomeado da Fundação Cultural Palmares, já que tal conduta desbordaria aos limites impostos pela jurisdição no âmbito de uma Ação Popular. A análise, ao contrário, será limitada à existência de indícios ou provas que apontem para o possível desvio de finalidade no ato de nomeação ou no não atendimento ao interesse público em decorrência desta, evidenciado por manifestações apresentadas pelo Presidente nomeado, antes da sua indicação para ocupar o cargo e também de acordo com suas manifestações nestes autos.

Não se pode deixar de mencionar que as redes sociais estão repletas de comentários que desbordam dos limites da Liberdade de Expressão, outra garantia agasalhada pela Constituição. Seja porque a internet parece aos olhos da maioria ser "terra sem lei", seja pela sedutora ideia da existência de um anonimato, o certo é que há tempos passou a ser comum observar a existência de comentários virtuais desrespeitosos a autoridades, celebridades ou cidadãos comuns.

Há relatos, inclusive, de sites de imprensa online que decidiram retirar o espaço para comentários das notícias, em face do tom geralmente exaltado com que as publicações são comentadas.[\[6\]](#)

Por outro lado, embora seja usual ou comum que hajam excessos não se pode considerar tais fatos sempre como normais, já que a manifestação do pensamento

deve ser livre, mas não pode se dar de tal forma a atingir direitos ou interesses de terceiros.

No caso específico tratado nestes autos, uma rápida análise das publicação do senhor Sérgio Nascimento de Camargo, conforme imagens trazidas aos autos pela parte autora, conduz á conclusão acima de qualquer dúvida razoável acerca dos excessos praticados.

Uma detida análise das publicações acostadas à inicial deste feito aponta para a existência de excessos. Não serão aqui repetidos alguns dos termos expostos nas as declarações em frontal ataque as minorias cuja defesa, diga-se, é razão de existir da instituição que por ele é presidida.

Menciono, a título ilustrativo, declarações do senhor Sérgio Nascimento de Camargo em que se refere a Angela Davis como "comunista e mocreia assustadora", em que diz nada ter a ver com "a África, seus costumes e religião", que sugere medalha a "branco que meter um preto militante na cadeia por crime de racismo", que diz que "é preciso que Mariela morra. Só assim ela deixará de encher o saco", ou que entende que "Se você é africano e acha que o Brasil é racista, a porta da rua é serventia da casa".

Além das acima mencionadas existem diversas outras publicações que tem o condão de ofender justamente o público que deve ser protegido pela Fundação Palmares, que não serão mencionadas por desnecessário, ante a suficiência das anteriormente citadas.

De tudo o que se disse acima resta evidenciado que a nomeação do senhor Sérgio Nascimento de Camargo para o cargo de Presidente da Fundação Palmares contraria frontalmente os motivos determinantes para a criação daquela instituição e a põe em sério risco, uma vez que é possível supor que a nova Presidência, diante dos pensamento expostos em redes sociais pelo gestor nomeado, possa atuar em perene rota de colisão com os princípios constitucional da equidade, da valorização do negro e da proteção da cultura afro-brasileira.

Considerando-se a possibilidade de decretação da nulidade dos atos administrativos, na forma do artigo 2o, parágrafo único "e" da Lei 4.717/1965, quando houver desvio de finalidade, assim considerado "quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.", é evidente a probabilidade do direito do autor.

Os fatos acima apontados também demonstram desde já a existência de *perigo da demora*, igualmente evidenciado pelo clima de instabilidade institucional que se seguiu à nomeação, que teve forte reação da comunidade negra, conforme também amplamente noticiado pela imprensa nacional.

Em face do todo o exposto acolho, em juízo de cognição sumária, típica à espécie, os argumentos trazidos pela parte autora, razão pela qual suspendo os efeitos do Ato 2.377, de 27 de novembro de 2019, da lavra do Ministro-Chefe da Casa Civil tornando sem efeito a nomeação do senhor Sérgio Nascimento de Camargo para o cargo de Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Intimem-se os réus com urgência, para cumprimento imediato, sob pena de remessa dos autos ao Ministério Público para fins de apuração da responsabilidade criminal decorrente.

Citem-se os réus e intime-se o Ministério Público Federal.

Sobral, 04 de dezembro de 2019.

Emanuel José Matias Guerra

Juiz Federal Substituto

[1] (STJ - CC: 107109 RJ 2009/0147780-1, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 24/02/2010, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 18/03/2010)

[2] CC 47.950/DF, Relatora a Sra. Ministra Denise Arruda (DJU de 07.05.07)

[3]<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Acao-popular-sobre-tragedia-de-Brumadinho-sera-julgada-na-Justica-Federal-de-Minas-Gerais.aspx>

Peculiaridades

Em seu voto, o relator, ministro Herman Benjamin, destacou que, apesar da regra geral no STJ para o julgamento das ações populares ser o local de domicílio do autor, a fim de não se criar barreiras ao exercício desse direito constitucionalmente previsto, o caso analisado apresenta peculiaridades que o distingue dos demais já enfrentados pelo tribunal. “As circunstâncias do caso concreto devem ser analisadas, de forma a ajustar o Direito à realidade”, pontuou.

“Não se pretende aqui revogar o retromencionado entendimento do STJ sobre a competência, haja vista que é indubitavelmente legal e ancorado em precedentes. Mas, deve ser realizado um *distinguishing*, tendo em vista as peculiaridades do caso que leva a que este julgamento se proceda nos termos da eficiência e da eficácia que se deseja na hipótese desses processos e com a complexidade inerente”, afirmou o magistrado.

Herman Benjamin relembrou, ainda, o caso de Mariana (MG), no qual foi fixado pelo tribunal um único juízo para julgamento de todas as ações que tratassem do tema, exatamente em um juízo federal em Minas Gerais, para evitar decisões conflitantes e possibilitar que a Justiça pudesse ser entregue de maneira mais objetiva.

Para o ministro, a regra geral adotada pelo tribunal deve ser usada quando a ação popular for isolada. “Na atual hipótese, tem-se que a Ação Popular estará competindo e concorrendo com várias outras Ações Populares e Ações Cíveis Públicas, bem como com centenas, talvez até milhares, de ações individuais, razão pela qual, em se tratando de competência concorrente deve ser eleito o foro do local do fato”.

Temas ambientais

Além disso, o magistrado ressaltou o fato de que com a promulgação da Lei 7.347/85, Lei da Ação Cível Pública, a definição do foro competente para a apreciação da ação popular, sobretudo em temas ambientais, passou a obedecer ao disposto no artigo 2º da lei, sendo o Código de Processo Civil de aplicação subsidiária.

“Tal medida se mostra consentânea com os princípios do Direito Ambiental, por assegurar a apuração dos fatos pelo órgão judicante que detém maior proximidade com o local do dano e, portanto, que revela maior capacidade de colher as provas de

maneira célere e de examiná-las no próprio contexto de sua produção”.

Para ele, apesar do legislador ter buscado ao instituir a ação popular privilegiar “o exercício da fiscalização e da própria democracia pelo cidadão”, não significa que as ações desse tipo devam ser sempre distribuídas no foro mais conveniente ao autor.

“Casos haverá, tais como o destes autos, em que a defesa do interesse coletivo será mais bem realizada no local do ato que, por meio da ação, o cidadão pretenda anular. Nessas hipóteses, a sobreposição do foro do domicílio do autor ao foro do dano ambiental acarretará prejuízo ao próprio interesse material coletivo tutelado por intermédio dessa ação, em benefício do interesse processual individual do cidadão, em manifesta afronta à finalidade mesma da ação por ele ajuizada”, concluiu o relator.

Ausência de prejuízo

Por fim, o relator do processo, destacou que, com as novas tecnologias de acompanhamento de processos via internet, o autor da ação não será prejudicado se o processo tramitar em outra localização que não a de seu domicílio.

“Cumpre destacar que devido ao processamento eletrônico, as dificuldades decorrentes da redistribuição para local distante do domicílio do autor resultam significativamente minimizadas, senão totalmente afastadas, em decorrência da possibilidade de acesso integral aos autos pelo sistema de movimentação processual”.

[4] *Direito constitucional*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1991. p. 162

[5] http://www.palmares.gov.br/?page_id=52755

[6] https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/11/10/interna_internacional,706141/intolerancia-forca-a-imprensa-online-a-eliminar-espaco-de-comentarios.shtml



Processo: **0802019-41.2019.4.05.8103**

Assinado eletronicamente por:

EMANUEL JOSE MATIAS GUERRA -

Magistrado

Data e hora da assinatura: 04/12/2019 09:25:10

Identificador: 4058103.17001515



19120409135922900000017016562

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.jfce.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>